

EDITAL CCS Nº 388/2026

PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES

PÚBLICO-ALVO: MAGISTRADOS (AS) E SERVIDORES (AS) DO PODER JUDICIÁRIO.

O Diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas - ESMAL, denominada Desembargador JOSÉ FERNANDO LIMA SOUZA, Desembargador TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO, o Coordenador-Geral de Cursos da ESMAL, Juiz de Direito MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO e o Coordenador de Cursos para Servidores da ESMAL, Juiz de Direito MÁRIO DE MEDEIROS ROCHA FILHO, no uso das atribuições funcionais que lhes são conferidas pela legislação, e, em atendimento ao disposto no art. 6º, item II, da Resolução nº 192 de 08/05/2014 do CNJ, TORNAM PÚBLICAS as inscrições para o curso com o tema “**ENFRENTAMENTO AO RACISMO NO PODER JUDICIÁRIO: LETRAMENTO RACIAL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS**”, para conhecimento dos(as) servidores(as) interessados(as), mediante as regras constantes neste Edital.

1. DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O CURSO:

1.1 Curso: “ENFRENTAMENTO AO RACISMO NO PODER JUDICIÁRIO: LETRAMENTO RACIAL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS”.

1.2 Docentes:

1.2.1. **Carolina Araujo de Santana Amancio:** Graduada em Jornalismo (UFS), Especialista em Gestão Empresarial e Inteligência Organizacional (Fanese), Assessoria e Gestão da Comunicação e Comunicação Pública (UNIBF). Analista Judiciária Especializada no Tribunal de Justiça de Alagoas, onde também integra a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Equidade Racial e a Comissão de Heteroidentificação.

1.2.2. **Mirian Ferreira Alves :** Graduada em Biblioteconomia (UFG), Especialista em Produção e Gestão Cultural (UNB), Especialista em Poder Judiciário (FGV), Mestra em Ciência da Informação (UNB). Analista Judiciária Especializada no Tribunal de Justiça de Alagoas, onde também integra a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Equidade Racial e a Comissão de Heteroidentificação.

1.3 Modalidade: virtual, através da plataforma Moodle.

1.4 Carga horária total: 30(trinta) horas-aula, as quais serão distribuídas em 10h de leitura de aulas em PDF/Apostila, 8h de tutoria e debates via fórum, 8h de estudo de material complementar e 4h de atividades avaliativas práticas;

1.5 Número de vagas: 400 (quatrocentas) vagas, sendo 50 vagas para magistrados e 350 vagas para servidores.

1.6 Datas do Curso: 04/11 a 04/12/2026;

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1 As inscrições estarão abertas e serão realizadas exclusivamente, via *internet*, no site <http://eventos.esmal.tjal.jus.br/login>;

3.2 Período de inscrição: **13/10/2026 a 28/10/2026;**

3.2.1. Os alunos inscritos receberão o link de acesso à plataforma de aulas até o **dia 30/10/2026;**

3.3 Os pedidos de desistência e/ou inclusão em lista de espera, deverão ser enviados, exclusivamente, via *intrajus*, para Mylena Melo de Araújo Costa Lyra e Renan Gustavo Ferro Gonzaga, servidores lotados na Coordenação de Cursos para Servidores da ESMAL, conforme Ofício-Circular nº 02/2025/CCS/ESMAL, enviado na data de 30/04/2025, via *intrajus*.

4. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

4.1 Ementa: O curso aborda a formação histórica e estrutural do racismo no Brasil e seus reflexos no Sistema de Justiça. Explora as formas de manifestação do racismo, analisando como a branquitude molda a prestação jurisdicional. Propõe o estudo de marcos normativos (nacionais e internacionais), o debate sobre o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Raça e a construção de estratégias práticas e cotidianas para uma atuação judiciária antirracista.

4.2 Objetivo Geral: Capacitar magistrados(as) e servidores(as) para identificar, prevenir e combater práticas racistas e vieses implícitos no cotidiano do Poder Judiciário, promovendo o letramento racial institucional e consolidando uma prestação jurisdicional verdadeiramente equânime, inclusiva e antirracista.

4.3 Objetivos Específicos:

4.3.1. Compreender a formação histórica do racismo estrutural no Brasil, identificando os reflexos do pós-abolição e do mito da democracia racial na seletividade penal e no sistema de justiça;

4.3.2. Identificar e desmistificar os mecanismos do racismo institucional e dos vieses implícitos nas decisões tomadas no fluxo de trabalho judiciário;

4.3.3. Apresentar os principais marcos normativos de proteção dos direitos da população negra, incluindo tratados internacionais, o Estatuto da Igualdade Racial e diretrizes do CNJ;

4.3.4. Desenvolver competências de comunicação inclusiva e adotar posturas ativas e práticas de enfrentamento às discriminações no ambiente laboral e no atendimento ao público.

4.4 Conteúdo programático:

MÓDULO 1 - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RACISMO NO BRASIL

Conteúdo Programático: Escravidão, pós-abolição e a criminalização de corpos negros. Formas de manifestação do racismo. O mito da democracia racial. A branquitude como norma oculta no Direito e nas instituições públicas.

Carga Horária Total: 7 horas/aula.

ATIVIDADE	METODOLOGIA	CARGA HORÁRIA
Estudo do conteúdo teórico do Módulo 1	Leitura de Aula em PDF (Apostila Autoral)	2h
Debate guiado: A branquitude nas decisões judiciais	Tutoria ativa via fórum de discussão	2h

Aprofundamento conceitual com vídeos, podcasts e leituras de apoio	Estudo de Material Complementar indicado	2h
Atividade Avaliativa	Estudo de caso	1h

MÓDULO 2 - RACISMO INSTITUCIONAL E VIESES IMPLÍCITOS

Conteúdo Programático: Como o racismo opera sem a necessidade de intenção individual direta. Mecanismos de reprodução de desigualdades nas organizações. Vieses implícitos. A seletividade penal, o perfilamento racial e o tratamento diferenciado no sistema de justiça.

Carga Horária Total: 8 horas/aula.

ATIVIDADE	METODOLOGIA	CARGA HORÁRIA
Estudo do conteúdo teórico do Módulo 2	Leitura de Aula em PDF (Apostila Autoral)	3h
Debate guiado: Identificação de vieses implícitos	Tutoria ativa via fórum de discussão	2h
Aprofundamento conceitual com vídeos, podcasts e leituras de apoio	Estudo de Material Complementar indicado	2h
Atividade Avaliativa	Resolução de questionário de fixação	1h

MÓDULO 3 - INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE ENFRENTAMENTO

Conteúdo Programático: Principais leis e políticas públicas para enfrentar o racismo. Estatuto da Igualdade Racial. Convenção Interamericana contra o Racismo. Decisões paradigmáticas do STF (ações afirmativas, injúria racial como racismo) e de instâncias internacionais (Corte IDH). Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial do CNJ. Política de Equidade Racial no âmbito do TJAL.

Carga Horária Total: 7 horas/aula.

ATIVIDADE	METODOLOGIA	CARGA HORÁRIA
Estudo normativo e jurisprudencial do Módulo 3	Leitura de Aula em PDF (Apostila Autoral)	2h
Debate guiado	Tutoria ativa via fórum de discussão	2h

Aprofundamento conceitual com vídeos, podcasts e leituras de apoio	Estudo de Material Complementar indicado	2h
Atividade Avaliativa	Resolução de questionário de fixação	1h

MÓDULO 4 - CONSTRUINDO A PRÁTICA ANTIRRACISTA

Conteúdo Programático: Protocolo do CNJ para Julgamento com Perspectiva de Raça: fundamentos e aplicação prática. Linguagem inclusiva, letramento racial e desconstrução de estereótipos. Cotas raciais. Como desenvolver uma conduta proativa e antirracista no ambiente de trabalho e na gestão de equipes jurídicas.

Carga Horária Total: 8 horas/aula.

ATIVIDADE	METODOLOGIA	CARGA HORÁRIA
Estudo do conteúdo do Módulo 4	Leitura de Aula em PDF (Apostila Autoral)	3h
Debate guiado: Desafios na aplicação do Protocolo	Tutoria ativa via fórum de discussão	2h
Guias de linguagem. Glossários de termos racistas e suas substituições. Manuais de boas práticas	Estudo de Material Complementar indicado	2h
Elaboração de proposta de ação antirracista	Atividade Avaliativa final	1h

4.5. Metodologia de Ensino e Tutoria: A proposta pedagógica baseia-se na metodologia de Ensino a Distância (EaD) Assíncrona, focada na autonomia do estudante, na leitura crítica e no aprendizado colaborativo. O núcleo conceitual do curso será transmitido por meio de textos e apostilas autorais desenvolvidos pelas docentes. Esses materiais trarão a base teórica de forma didática, permitindo que o aluno estude no seu próprio ritmo. A tutoria tem caráter dinâmico e problematizador. A cada módulo, as professoras/tutoras lançarão uma questão geradora de debate (baseada em casos reais ou dilemas do cotidiano forense). As docentes realizarão intervenções diárias, mediando as discussões, instigando o contraditório pedagógico e conectando a teoria à prática. Artigos científicos, vídeos, relatórios e episódios de podcasts serão oferecidos para consolidar o aprendizado em cada módulo.

5. DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSISTA:

A avaliação será integrada, considerando o aproveitamento do aluno nas seguintes etapas:

5.1 Participação nos Fóruns: Interação fundamentada e construtiva nos debates guiados (mínimo de duas postagens relevantes por módulo).

5.2 Atividades de Fixação: Resolução dos questionários e do estudo de caso propostos nos Módulos 1, 2 e 3.

5.3 Atividade Prática Final: Elaboração e envio da proposta de ação antirracista ao final do Módulo 4.

6. DA DISPENSA DE ATIVIDADES:

6.1 Os servidores que participarem do curso estarão dispensados de suas atividades regulares, no horário do evento, conforme Portaria nº 1.047 de 21/06/2013, publicada no DJE de 01/07/2013.

7. CONHECIMENTO/HABILIDADE A SER ADQUIRIDO (A) AO FINAL DO CURSO:

Compreender os conceitos fundamentais sobre racismo estrutural, institucional e interpessoal, bem como o impacto do letramento racial nas rotinas do Poder Judiciário e refletir sobre os vieses implícitos que influenciam decisões e atitudes no ambiente de trabalho e na prestação jurisdicional.

8. Bibliografia:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Raça. Brasília: CNJ, 2023.

BRASIL. Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA).

Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Promulgada pelo Decreto no 10.932/2022).

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CAMPELLO, André Barreto. Manual jurídico da escravidão: cotidiano da opressão. Jundiá: Paco, 2021.

CARINE, Barbara. Raça social: Uma leitura sobre a racialidade brasileira. São Paulo: Planeta, 2026.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o genocídio do povo negro no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA [FBSP]. Infográfico sobre a violência contra as pessoas negras no Brasil 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/2cf5d909-da51-43ff-a7cf-08403fe76b06>. Acesso em: 26 fev. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARMELSTEIN, George. Discriminação por preconceito implícito. 2. ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016.

MOREIRA, Adilson José et al. Direito Antidiscriminatório e relações raciais: práticas excludentes, perspectivas críticas, medidas inclusivas. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

QUEIROZ, Marcos. Assombros da casa-grande: a Constituição de 1824 e as vidas póstumas da escravidão. São Paulo: Fósforo, 2024.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROGERO, Tiago. Projeto Querino: um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil. São Paulo: Fósforo, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Paulo. Direito Constitucional Antirracista. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2025.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1 Por questões de ordem técnica, poderá haver substituição de professor, conteúdo, data e horário do curso.

9.2 Será admitida a desistência da inscrição até **02(dois) dias úteis** antes da data do início do curso, conforme Portaria nº 02 de 23/04/2018, publicada no DJE de 25/04/2018.

9.3 Não poderá inscrever-se em curso de aperfeiçoamento, nos três meses subsequentes a publicação da penalidade no DJE, o servidor que deixar de comparecer ao curso para o qual se encontrava inscrito, sem justa causa, ou não obtiver a frequência que trata o item **5.2.** do presente Edital, assim como deixar de entregar trabalho avaliativo referente ao respectivo curso, salvo na hipótese de disponibilidade de vagas, conforme art. 5º da Portaria 02/2018.

9.4 Serão conferidos certificados aos servidores que tenham atendido às exigências do item 5 do presente Edital.

9.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Técnico Pedagógico - CTP, de acordo com as normas pertinentes.

Maceió, 09 de outubro de 2026.

MÁRIO DE MEDEIROS ROCHA FILHO
Juiz Coordenador de Cursos para Servidores da ESMAL